

Tabela Comparativa Minuta do Decreto x Texto Final do Decreto nº 6.603/2007

O quadro abaixo aponta as diferenças na minuta de decreto aprovada na CGFLOP e CONAFLOP e o texto aprovado e público pela Presidência da República. São apresentadas as justificativas para as alterações na terceira coluna.

TEXTO DA MINUTA	TEXTO FINAL (Decreto 6.063/2007)	Justificativas das alterações
Regulamenta os arts. 3º, inciso XI, 4º, incisos I a III, 6º, 17, 19, inciso I, 21, 23, 26, 27, § 1º, 30, inciso XVII, 33, 36, incisos I e II e § 3º, 42, 53, inciso XIX e § 2º , da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e dá outras providências.	Regulamenta, no âmbito federal , dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável , e dá outras providências.	- A inclusão da expressão no âmbito federal visa explicitar que a regulamentação quanto à licitação e aos contratos não se aplica necessariamente aos demais entes da federação; - Retirados os artigo por ser desnecessário citar artigos regulamentados.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, inciso XI, 4º, incisos I a III, 6º, 17, 19, inciso I, 21, 23, 26, 27, § 1º, 30, inciso XVII, 33, 36, incisos I e II e § 3º, 42, 53, inciso XIX e § 2º , da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006,	- Retirados os artigo por ser desnecessário citar artigos regulamentados.
Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal-PAOF, o licenciamento ambiental, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas pública.	Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e regulamenta, em âmbito federal , a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF, o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas, para os fins do disposto na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.	- A inclusão da expressão no âmbito federal visa explicitar que a regulamentação quanto à licitação e aos contratos não se aplica necessariamente aos demais entes da federação.
Art. 2º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural e gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, é integrado:	Art. 2º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, é integrado:	- Alteração da redação para se adequar ao termos da Lei.

§ 1º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas incluirá:	§ 2º O Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União será gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro e incluirá:	- Alteração da redação para se adequar ao termos da Lei.
Art. 7º, §1º	Art. 2º, § 1º	- Apenas adequação na ordem.
Art. 2º, § 1º, II - Unidades de Conservação, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de áreas privadas localizadas em outras categorias de unidades que não exijam a desapropriação;	§ 2º, II - unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidades que não exijam a desapropriação; e	- Alteração para tornar mais lógica a redação, uma vez que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural são áreas privadas localizadas em categorias de unidades que não exigem a desapropriação.
Art. 2º, § 2º As florestas públicas em áreas militares e em propriedade de sociedades de economia mista somente serão incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas mediante autorização do seu órgão gestor da floresta pública.	§ 2º, III - florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas, e sociedades de economia mista . § 3º As florestas públicas em áreas militares somente serão incluídas no Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União mediante autorização do Ministério da Defesa .	- Alteração formulada tendo em vista a desnecessidade de consulta às Sociedades de Economia Mista para a publicidade das florestas registradas em seu nome, por meio da inserção no Cadastro, uma vez que o princípio da publicidade na administração também se aplica a esta categoria de instituição; - O órgão gestor da floresta pública localizada em áreas militares é o Ministério da Defesa, por isso é conveniente a identificação do órgão.
Art. 3º, § 1º No estágio de identificação, constarão polígonos georreferenciados de florestas, plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio público ou devolutas .	Art. 3º, § 1º No estágio de identificação, constarão polígonos georreferenciados de florestas, plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio da União.	- Tendo em vista que o domínio público é presumível, as terras devolutas estarão ser incluídas independentemente de especificação expressa no Decreto.
Art. 4º O Serviço Florestal Brasileiro editará norma conjunta com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para caracterizar as tipologias e classes de cobertura florestal, por bioma, para fins de identificação das florestas públicas.	Art. 4º O Serviço Florestal Brasileiro editará resolução sobre as tipologias e classes de cobertura florestal, por bioma, para fins de identificação das florestas públicas federais. Parágrafo único. A resolução de que trata o caput observará as caracterizações das tipologias e classes de cobertura florestal, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	- A alteração visou adequar a atribuição do Serviço Florestal, com a observância da competência do IBGE.

Art. 4º, § 1º Para os fins do disposto no caput, o Serviço Florestal Brasileiro e o IBGE publicarão mapa da cobertura florestal do Brasil para o ano de 2006.	Art. 9º, § 4º Para os fins do disposto no caput, o Serviço Florestal Brasileiro publicará e disponibilizará por meio da Internet o mapa da cobertura florestal do Brasil para o ano de 2006.	- A alteração visou adequar a atribuição do SFB, com a observância da competência do IBGE; - Alteração para adequação da estruturação lógica do texto.
§ 2º O Serviço Florestal Brasileiro manterá no Sistema Nacional de Informações Florestais um banco de dados com imagens de satélite e outras formas de sensoriamento remoto que cubram todo o território nacional para o mesmo ano.	Art. 5º O Serviço Florestal Brasileiro manterá no Sistema Nacional de Informações Florestais banco de dados com imagens de satélite e outras formas de sensoriamento remoto que cubram todo o território nacional para o mesmo ano.	- A razão da alteração visa a adequação do texto, pois trata-se de tema próprio de artigo e não de parágrafo.
Art. 4º, § 3º O mapa da cobertura florestal do Brasil e o banco de dados com imagens de satélite e outras formas de sensoriamento remoto que cubram todo o território nacional, mencionados nos §§ 1º e 2º deste artigo, serão disponibilizados ao público.	Art. 12. O Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União será acessível ao público por meio da Internet.	- Consolidação para facilitar a compreensão.
Art. 5º Para a inclusão no Cadastro Nacional de Florestas Públicas será observada a existência de cobertura florestal em 2 de março de 2006.	Art. 6º As florestas públicas identificadas nas tipologias e classes de cobertura florestal, definidas nos termos do art. 4º, serão incluídas no Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União, observada a data de vigência da Lei nº 11.284, de 2006.	- Alteração da redação para facilitar a compreensão.
Art. 5º, § 1º A existência de cobertura florestal em 2 de março de 2006 será definida de acordo com a norma editada nos termos do art. 4º deste Decreto, sem prejuízo de outros meios de prova.	Suprimido	- Desnecessário, tendo em vista que a Lei obriga a manutenção da floresta, estipula como crime a alteração da cobertura florestal e os meios de prova são os admitidos em direito, independentemente de qualquer disposição no decreto.

<p>Art. 5º, § 2º O órgão gestor estabelecerá para cada bioma os limites de áreas degradadas que podem estar contidas nos polígonos de florestas públicas, desde que inferiores às áreas com florestas.</p> <p>§ 3º As áreas degradadas em limites acima dos estabelecidos nos termos do § 2º deste artigo serão incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - quando solicitado pela entidade pública titular das áreas, com o objetivo de recuperá-las e mantê-las com a cobertura florestal;</p> <p>II - áreas localizadas em zonas com vocação florestal, assim definidas pelo Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE.</p>	<p>Art. 6º, Parágrafo único. Para fins de recuperação, o Serviço Florestal Brasileiro poderá incluir, no Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União, áreas degradadas contidas nos polígonos de florestas públicas federais.</p>	<p>- Trata-se de tema que requer um detalhamento mais preciso. Além do que foi questionado na Casa Civil a inserção de um limite para o Poder Público que não foi estabelecido pela lei.</p>
<p>§ 4º As florestas públicas localizadas em centros urbanos podem ser incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, desde que excluídas as áreas urbanizadas de seu perímetro.</p>	<p>Suprimido e inserido no art. 2º, § 2º, III - florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</p>	<p>- Alteração realizada para reduzir e facilitar o entendimento, uma vez que as áreas urbanizadas não são florestas e por isso não devem ser inseridas.</p>
<p>Art. 8º, § 2º As atividades de pesquisa dos recursos florestais, dos recursos naturais não-renováveis e dos recursos hídricos poderão ser autorizadas nas florestas públicas referidas no caput.</p>	<p>Art. 10. As atividades de pesquisa envolvendo recursos florestais, recursos naturais não-renováveis e recursos hídricos poderão ser desenvolvidas nas florestas públicas mencionadas no art. 9º, desde que compatível com o disposto no contrato de concessão e com as atividades nele autorizadas e que contem com autorização expressa dos órgãos competentes.</p>	<p>- Alteração para melhorar a redação.</p>
<p>Art. 8º, § 3º A destinação ao manejo florestal, mencionada no caput, dar-se-á por qualquer das formas previstas nos incisos I a III do art. 4º, da Lei no 11.284, de 02 de março de 2006.</p>	<p>Suprimidos.</p>	<p>- Desnecessários, uma vez que não trazem qualquer novidade ao previsto na Lei.</p>

<p>Novos</p>	<p>Art.9º , § 2º A inclusão a que se refere o § 1º dar-se-á quando comprovada a existência de floresta em 2 de março de 2006 em área pública desmatada, explorada economicamente ou degradada.</p> <p>§ 3º A manutenção a que se refere o § 1º dar-se-á quando a floresta pública constante do Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União for irregularmente desmatada, explorada economicamente ou degradada.</p>	<p>- Inseridos para explicar a que se referem as inclusões e manutenções tratadas no caput do art. 9º.</p>
<p>Art. 13. § 2º A supressão da cobertura vegetal natural para o plantio de espécies cultiváveis, além de observar a legislação pertinente, somente será permitida quando atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:</p> <p>I - a previsão da substituição da cobertura vegetal no plano de manejo, no plano de desenvolvimento de assentamento ou em outros instrumentos de planejamento pertinentes à modalidade de destinação;</p> <p>II - a área total de substituição não superior a 10% da área total individual ou coletiva e limitado a 12 ha por unidade familiar.</p> <p>Art. 13. § 4º A utilização das florestas públicas sob posses de comunidades locais, passíveis de regularização ou regularizadas nos termos do § 3º do art. 6º, da Lei nº 11.284, de 2006, observará o disposto no § 2º deste artigo.</p>	<p>Art. 16. Nas florestas públicas destinadas às comunidades locais, a substituição da cobertura vegetal natural por espécies cultiváveis, além de observar o disposto na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, somente será permitida quando, cumulativamente:</p> <p>I - houver previsão da substituição da cobertura vegetal no plano de manejo, no plano de desenvolvimento de assentamento ou em outros instrumentos de planejamento pertinentes à modalidade de destinação; e</p> <p>II - a área total de substituição não for superior a dez por cento da área total individual ou coletiva e limitado a doze hectares por unidade familiar.</p> <p>Parágrafo único. A utilização das florestas públicas sob posses de comunidades locais, passíveis de regularização ou regularizadas, observará o disposto no caput.</p>	<p>- Alterado para melhorar a redação.</p>

<p>Art. 15. Nas Florestas Nacionais, para os fins do disposto no art. 17 da Lei nº 11.284, de 2006, serão formalizados instrumentos com as comunidades locais, residentes no interior e no entorno das unidades de conservação, para a extração dos produtos florestais de uso tradicional e de subsistência, especificando as restrições e a responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao poder concedente.</p>	<p>Art. 18. Nas Florestas Nacionais, para os fins do disposto no art. 17 da Lei nº 11.284, de 2006, serão formalizados termos de uso, com indicação do respectivo prazo de vigência com as comunidades locais, residentes no interior e no entorno das unidades de conservação, para a extração dos produtos florestais de uso tradicional e de subsistência, especificando as restrições e a responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e à União.</p> <p>Parágrafo único. São requisitos para a formalização do termo de uso:</p> <p>I - identificação dos usuários;</p> <p>II - estudo técnico que caracterize os usuários como comunidades locais, nos termos do inciso X do art. 3º da Lei nº 11.284, de 2006; e</p> <p>III - previsão do uso dos produtos florestais dele constantes e da permanência dos comunitários em zonas de amortecimento, se for o caso, no plano de manejo da unidade de conservação.</p>	<p>Alteração formulada para especificar qual é o instrumento a ser assinado e para especificar a necessidade de atender os requisitos das Leis nºs 11.284/2006 e 9.985/2000.</p>
<p>Art. 18. Na elaboração do PAOF, serão respeitadas as disposições previstas nos arts. 10 e 11, da Lei nº 11.284, de 2006, e, em especial:</p> <p>I - as recomendações de uso definidas no Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 que define regras para identificação de áreas prioritárias para conservação e utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade;</p>	<p>Art. 21. A elaboração do PAOF da União considerará, dentre os instrumentos da política para o meio ambiente, de que trata o art. 11, inciso I, da Lei nº 11.284, de 2006, as recomendações de uso definidas no Decreto nº 5.092, de 2004.</p>	<p>- Alteração formulada para melhor relacionar o disposto na Lei com a redação do Decreto em relação às áreas prioritárias.</p>

Art. 18, II - os contratos de concessão, autorizações, licenças e outorgas para mineração, petróleo, gás, estradas, linhas de transmissão, geração de energia, oleodutos, gasodutos e para o uso da água.	Art. 22. Para os fins de consideração das áreas de convergência com as concessões de outros setores, de que trata o art. 11, inciso V, da Lei nº 11.284, de 2006, na elaboração do PAOF da União serão considerados os contratos de concessão, autorizações, licenças e outorgas para mineração, petróleo, gás, estradas, linhas de transmissão, geração de energia, oleodutos, gasodutos e para o uso da água.	- Alteração formulada para melhor relacionar o disposto na Lei com a redação do Decreto.
Art. 19. O PAOF será submetido à manifestação do órgão consultivo da respectiva esfera de governo, nos termos do § 1º do art. 10 da Lei nº 11.284, de 2006.	Suprimido.	- Desnecessário por já tratar-se de uma obrigação prevista na Lei.
Art. 20. Parágrafo único. Para serem considerados no PAOF da União, nos termos do § 1º do art. 11, da Lei nº 11.284, de 2006, os PAOFs dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser encaminhados ao Serviço Florestal Brasileiro até o dia 30 de junho de cada ano.	Art. 23. § 1º Para os fins do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 11.284, de 2006, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão seus PAOF, preferencialmente , até o dia 30 de junho de cada ano. § 1º Para os fins do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 11.284, de 2006, o Serviço Florestal Brasileiro considerará os PAOF dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, encaminhados até o dia 30 de junho de cada ano. § 2º Os PAOF encaminhados após a data prevista no § 1º serão considerados pela União somente no ano seguinte ao de seu recebimento.	- Alteração formulada para observar a autonomia administrativa dos entes da federação.
Novo.	Art. 25. Para o licenciamento ambiental do uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, será elaborado o Relatório Ambiental Preliminar - RAP.	- Inserido com o objetivo de esclarecer a ordem do licenciamento ambiental.
Art. 22. O Relatório Ambiental Preliminar - RAP será elaborado conforme termo de referência estabelecido em conjunto pelos órgãos ambiental e gestor, com, no mínimo, o seguinte conteúdo: ...	Art. 28. Na elaboração do RAP, será observado um termo de referência, preparado em conjunto pelo IBAMA e pelo Serviço Florestal Brasileiro, com, no mínimo, o seguinte conteúdo: ...	- Alteração da redação.

Parágrafo único. O licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais da unidade de manejo e a aprovação do respectivo Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS será efetuada pelo órgão ambiental competente, nos termos do art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.	Art. 26. Para o licenciamento ambiental do manejo florestal, o concessionário submeterá à análise técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, nos termos do art. 19 da Lei nº 4.771, de 1965, e do Decreto nº 5.975, de 2006.	- Alteração da redação.
Art. 23. As obras de infra-estrutura não inerentes aos PMFS e os empreendimentos industriais incidentes nas unidades de manejo observarão as normas específicas de licenciamento ambiental.	Art. 27. Os empreendimentos industriais incidentes nas unidades de manejo e as obras de infra-estrutura não inerentes aos PMFS observarão as normas específicas de licenciamento ambiental.	- Alteração da redação.
Art. 24. II - encontrem-se delimitadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.	Art. 29, II - encontrem-se no Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União nos seguintes estágios: a) de identificação, para unidades de manejo localizadas em florestas nacionais; e b) de delimitação, para as unidades de manejo localizadas em florestas públicas federais e fora das florestas nacionais.	- Alterado para especificar que a inclusão no lote de concessão depende das etapas no Cadastro, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • unidades de manejo em FLONAs - identificadas; • unidades de manejo fora das florestas nacionais - delimitadas.
Art. 24, § 1º Os lotes de concessão poderão ser compostos de unidades de manejo contíguas ou não.	Art. 29. § 1º Os lotes de concessão poderão ser compostos por unidades de manejo contíguas.	- Adequação da redação.
Art. 24, § 2º As unidades de manejo contíguas, localizadas em um mesmo estado , a serem submetidas à concessão florestal na vigência de um mesmo PAOF, devem necessariamente compor um mesmo lote de concessão florestal.	Art. 29. § 2º As unidades de manejo contíguas, a serem submetidas à concessão florestal pela União na vigência de um mesmo PAOF, devem necessariamente compor um mesmo lote de concessão florestal.	- Uma vez que a norma se refere ao PAOF da União, não há necessidade de especificar que se encontram em um mesmo Estado.

<p>Art. 39. Para os fins de aplicação do § 1º do art. 27 da Lei nº 11.284, de 2006, são consideradas inerentes ou subsidiárias ao manejo florestal as seguintes atividades:</p> <p>I - planejamento e operações florestais, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> inventário florestal; PMFS e planejamento operacional; construção e manutenção de vias de acesso e ramais; colheita e transporte de produtos florestais; silvicultura pós-colheita; monitoramento ambiental; <p>II - operações de apoio, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> segurança e vigilância; manutenção de máquinas e infra-estrutura; gerenciamento de acampamentos; proteção florestal; <p>III - operações de processamento de produtos florestais;</p> <p>IV - operações de serviço, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> guia de visitação; transporte de turistas. 	<p>Art. 44. Para os fins de aplicação do § 1º do art. 27 da Lei nº 11.284, de 2006, nas concessões florestais federais, são consideradas:</p> <p>I - inerentes ao manejo florestal as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> planejamento e operações florestais, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> inventário florestal; PMFS e planejamento operacional; construção e manutenção de vias de acesso e ramais; colheita e transporte de produtos florestais; silvicultura pós-colheita; monitoramento ambiental; proteção florestal; <p>II - subsidiárias ao manejo florestal as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> operações de apoio, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> segurança e vigilância; manutenção de máquinas e infra-estrutura; gerenciamento de acampamentos; proteção florestal; <ol style="list-style-type: none"> operações de processamento de produtos florestais; operações de serviço, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> guia de visitação; e transporte de turistas. 	<p>- Alterado para especificar o que são atividades inerentes e subsidiárias ao manejo florestal.</p>
<p>Art. 42. Nos contratos de concessão florestal, realizados pela União, o licitante vencedor, no caso de consórcio, deverá se constituir em empresa antes da celebração do contrato, observado o disposto no art. 23 da Lei nº 11.284, de 2006.</p>	<p>Suprimido.</p>	<p>- Trata-se de uma faculdade do Poder Público, assim o decreto não pode determinar de forma genérica que serão constituídos consórcios em todos os casos. A constituição deve ser prevista em edital, quando conveniente.</p>

<p>Art. 46. Serão considerados investimentos obrigatórios aqueles previstos no edital de licitação e os compromissos de investimentos indicados na proposta técnica apresentada pelo vencedor do processo de licitação.</p> <p>Parágrafo único. O aprimoramento tecnológico e as variações de mercado que afetem o cumprimento dos investimentos obrigatórios serão considerados nas condições de revisão, previstas pelo inciso XVII, do art. 30, da Lei no 11.284, de 2006.</p>	<p>Suprimido.</p>	<p>- Os contratos a serem firmados com o licitante vencedor conterão obrigatoriamente os compromissos de investimentos indicados na proposta técnica apresentada pelo vencedor do processo de licitação e as normas de direito administrativo já determinam que sejam consideradas todas as questões que afetem o cumprimento do contrato, nas revisões. Deste modo, é desnecessário o dispositivo.</p>
<p>Art. 47. Parágrafo único. Quando realizados novos atos e contratos administrativos, incidentes nas florestas públicas sob concessão florestal, relacionados aos setores explicitados no § 1º do art. 16 da Lei no 11.284, de 2006, deverão resguardar os direitos e obrigações previstos no respectivo contrato de concessão florestal.</p>	<p>Art. 50. Os contratos de concessão florestal federais deverão prever direitos e obrigações para sua integração a contratos, autorizações, licenças e outorgas de outros setores explicitados no § 1º do art. 16 da Lei nº 11.284, de 2006.</p>	<p>- Alteração da redação.</p>
<p>Art. 48, § 1º O poder concedente fixará outras sanções aplicáveis nos casos de inexecução total ou parcial de outras obrigações contratuais, nos termos do art. 45 da Lei no 11.284, de 2006.</p>	<p>Suprimido.</p>	<p>- As sanções contratuais devem estar previstas nos contratos e no edital, não cabendo ao decreto mencioná-las.</p>